

Fundo terá relatório complementar

Belo Horizonte — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, recebeu ontem pela manhã, em meio a uma reunião com 51 empresários na Associação Comercial de Minas, a notícia de que o relatório complementar sobre a proposta brasileira para o Fundo Monetário Internacional está pronto e será entregue-Oa terça-feira. Ele confirmou que a reunião com os gerentes do Fundo para a discussão da proposta será no dia 29. O relatório versa sobre as mudanças ocorridas no País depois da entrega da carta de intenções.

A notícia foi transmitida ao ministro em telefonema, de Washington (EUA), do secretário de Planejamento, Pedro Parente. Marcílio Marques Moreira não revelou, entretanto, como os chefes da missão brasileira nos Estados Unidos incluíram, na proposta complementar, o problema do impacto do aumento dos 147,06% aos aposentados. O ministro, durante a mesma reunião, atendeu também telefonema do presidente Fernando Collor e comunicou aos empresários que “as notícias eram boas”, sem precisar quais eram elas.

Soluções

O ministro deixou claro que o Governo não aceita mexer no orça-

mento da União para suprir os Cr\$ 11 trilhões necessários, de acordo com cálculos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), à Previdência para o pagamento dos 147,06% aos aposentados. “O orçamento está muito apertado e acabou de ser discutido no Congresso”, justificou o ministro, que não admite também a emissão de moedas para solucionar o problema. “O Presidente tem afirmado que o Governo não vai e não pode servir-se de meios inflacionários, como emissão de dinheiro, títulos ou empréstimos ao Banco Central”, afirmou.

Depois da reunião na Associação de Minas, o ministro almoçou em companhia de cerca de 350 empresários.

Marcílio voltou a falar sobre os 147% “que alguns juízes consideraram ser direito dos aposentados” e que ele ressaltou “não querer discutir o mérito: Só podemos aumentar despesas com aumento de receita. Por isso, estamos discutindo com o Congresso o assunto dos aposentados”, defendeu. “O Governo não tem recursos próprios e tem que administrar bem os recursos da sociedade. Não pode imprimir mais cédulas, que inflacionam, estrangulam o desenvolvimento”, disse ele.

Segundo o ministro, a política econômica do Governo tem surtido alterações na opinião de empresários e analistas internacionais. “Há dois anos, diziam que a América Latina ficaria esquecida em função das mudanças no Leste europeu”, lembrou Marcílio, afirmando que aconteceu o inverso, que o continente foi “recolocado” e que isso significou novos investimentos.

Na visão do ministro, a posição do Brasil era mais delicada: “Até metade do ano passado, o País parecia estar ficando esquecido, mas agora tentamos recuperar e fazer da década de noventa a década da estabilidade, de um Estado redefinido, não balofo, cumprindo bem suas funções”, disse o ministro. Ele lembrou que no próximo mês se iniciam as negociações com o Clube de Paris é, em maio ou junho, com cerca de 600 bancos comerciais estrangeiros. “Essa é uma negociação mais difícil, porque contamos com interesses mais diversos. Temos que respeitar a nossa capacidade de pagamento. Não podemos ficar obcecados com a dívida externa, precisamos pensar nos novos investimentos, baseados em uma poupança que voltará a crescer”.